



O Ambiente na Encruzilhada.
Por um futuro sustentável
Conferência Gulbenkian 2009
27 e 28 de Outubro

Governança para o desenvolvimento sustentável: uma perspectiva

Nitin Desai

A sustentabilidade requer que a governança a todos os níveis de jurisdição tenha em conta: a importância da precaução perante a incerteza; os interesses das outras jurisdições; o bem-estar das futuras gerações, que não são os eleitores de hoje e a necessidade de ligar preocupações económicas, ecológicas e éticas.

Isto não pode ser deixado a mercados ilimitados ou à democracia maioritária. Podem existir limites vindos da ideologia do Estado social ou da economia social de mercado, dos direitos humanos, da protecção das minorias. Mas os limites actualmente reconhecidos não incluem adequadamente os direitos das gerações futuras.

A equidade no desenvolvimento sustentável não é apenas entre grupos contemporâneos (ou, a nível global, Estados) mas também entre actuais e futuras gerações. A interacção de interesses nas políticas nacionais e nas relações internacionais pode lidar com a equidade no primeiro sentido, mas não no segundo.

As actuais estruturas de governança são limitadas por horizontes temporais curtos, compartimentalização e negociações entre grupos de interesse. No entanto, a nível nacional a governança baseia-se no reconhecimento da supremacia do Estado e da sua capacidade para interferir em todas as matérias do interesse público. Não existe tal exercício de soberania a um nível global. A não interferência nos assuntos de outros Estados é a norma.



**O Ambiente na Encruzilhada.
Por um futuro sustentável**
Conferência Gulbenkian 2009
27 e 28 de Outubro

Todas estas preocupações se juntam no caso dos riscos de alteração climática e a actual preocupação global pode ser o início de um sistema mais eficaz de governação para o desenvolvimento sustentável. Mas, para isso acontecer, a mitigação e a adaptação têm de ser integradas com as outras preocupações do desenvolvimento.

Ao nível nacional o desafio é ligar objectivos múltiplos em políticas e programas integrados, reforçar a responsabilidade no uso de recursos e a responsabilização dos poluidores e limitar as escolhas actuais para proteger as opções futuras.

Ao nível global o desafio é ultrapassar a perspectiva westfaliana e aceitar que a interdependência vence a não interferência e os deveres globais podem estender-se a áreas de competência nacional e a cooperação global não é possível sem uma consideração explícita da justiça global.

Os aparelhos institucionais para a cooperação global terão de mudar, de tratados baseados em concessões recíprocas, para um regime baseado em normas. A emergência da sociedade civil global, tribunais internacionais para crimes contra a humanidade e mecanismos formais para a resolução de conflitos podem conduzir a uma componente parlamentar e judicial.

Na análise final, a mudança terá de vir do impacto epistémico dos problemas globais, cuja compreensão requer uma mudança de uma perspectiva sectária para uma humanista.



**O Ambiente na Encruzilhada.
Por um futuro sustentável**
Conferência Gulbenkian 2009
27 e 28 de Outubro



Nitin Desai, graduado pela London School of Economics, foi professor de economia em duas universidades do Reino Unido, trabalhou brevemente no sector privado, foi funcionário do Governo na Índia e posteriormente na Organização das Nações Unidas, onde era Sub-Secretário Geral Adjunto para os Assuntos Económicos e Sociais à data da sua reforma, em 2003. A sua principal obra na ONU foi a organização de uma série de cimeiras globais, incluindo a Cimeira da Terra no Rio (1992) e a Cimeira para o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo (2002). É actualmente membro do Conselho para a Segurança Nacional e do Conselho para as Alterações Climáticas do primeiro-ministro indiano, e continua um participante activo no diálogo nacional e global para as políticas climáticas.